

Cabral, Bernardo

ENTREVISTA/BERNARDO CABRAL

05 AGO 1990

Aumento para os servidores é demagogia

F. Guaberto

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, mantém-se irredutível em seu ponto de vista de não reajustar os soldos dos militares até dezembro próximo, porque isto abriria um precedente que traria ao governo problemas com os servidores civis. Esta inconfidência é feita pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral, em entrevista exclusiva ao *Jornal de Brasília*. Ele foi testemunha, na semana passada, de um encontro da ministra da Economia com os três ministros militares, em que o assunto foi debatido. Para o Ministro da Justiça, um reajuste de vencimentos do funcionalismo, no momento, pode ser considerado uma atitude demagógica.

Bernardo Cabral reiterou a decisão do presidente Fernando Collor de se manter equidistante dos palanques eleitorais, porém atento e preocupado, pois deseja que venham para a Câmara e o Senado

parlamentares afinados com o programa econômico do governo. Cabral revelou ser também propósito do presidente Collor não trocar cargos federais por apoio político.

Com relação à Funai, o ministro acha que ela deve ser integrada à Sema (Secretaria de Meio Ambiente), do professor José Lutzenberger, e manifestou sua esperança de ver a Medida Provisória nº 204, que trata da Lei Antitruste, aprovada pelo Congresso Nacional. "Não queremos que a cartelização tome conta do País", afirmou. "Para combater os monopólios e oligopólios, dentro do contexto da política industrial lançada pelo presidente Collor, se não houver em contrapartida uma medida que possa tomar conta do controle de preços, pode-se, através do dumping, liquidar empresas nacionais em uma semana", assegurou o ministro Bernardo Cabral.

O decreto-lei aprovado por decurso de prazo era um estupro do Legislativo.

JBr — Ministro, a ida do senhor ao Congresso Nacional para levar mais uma medida provisória — desta vez a de número 204, referente à Lei Antitruste — provocou uma reação contrária junto às lideranças políticas. Há quem diga até que o atual governo continua reeditando, através das medidas provisórias, os antigos decretos-leis.

Bernardo Cabral — Não. Há uma diferença entre medida provisória e decreto-lei. No passado, o decreto-lei, se não fosse aprovado dentro do prazo fixado, o seria por decurso de prazo, o que era um verdadeiro estupro do Legislativo. O artigo 62 da Constituição permite que, em casos de relevância e urgência, sejam editadas medidas provisórias. Ora, o que nós pretendemos com esta nova lei para reprimir os abusos do poder econômico e a consequente produção de anomalias e comportamento concorrencial no mercado? A Constituição Federal, no seu artigo 173, parágrafo 4º, especifica exatamente isto e nós notamos que, recentemente, neste passado que está aí, a forte tutela econômica exercida pelo poder público estabelecia e aplicava conhecidos mecanismos de controle de preços que acabavam estimulando uma prática indesejável de cartelização e de "dumping", criando, no País, um comportamento empresarial que prejudicava o justo equilíbrio das forças de mercado.

O presidente Collor, ao implantar uma política industrial, visa à liberação que é imprescindível para viabilizar uma saudável concorrência. O Ministério da Justiça e o Ministério da Economia começaram, então, a examinar a questão, e chegaram à conclusão que, para se tornar eficaz essa liberação de controle de preços, temos de tornar eficaz uma medida que disponha de um contingente legal, capaz de prevenir distorções e corrigir abusos. É evidente que, no início, nós pensávamos na emissão, ou melhor, no envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional, passando pela Câmara e Senado, mas notamos que, por mais que houvesse a boa vontade do Legislativo, com urgência urgentíssima, nós não tínhamos como deixar de notar que esta eficiência poderia ser prejudicada. Por essa razão, o professor Tércio Sampaio Ferraz, secretário-executivo do Ministério da Justiça, substituiu eventual do ministro e um dos mais ferrenhos adversários da edição de medida provisória, chegou à conclusão de que não era possível que tivéssemos a eficácia desejada através de um projeto de lei. Assim, com seus colegas do Ministério da Economia, preferiu a edição de uma medida provisória, para que fosse possível conferir mais eficiência e rapidez a atuação do poder público.

Quero ressaltar que as lideranças, ao me receberem e ouviram a justificativa do porque termos preferido uma medida provisória, todas elas mostraram-se simpáticas com o ministro da Justiça, com sua presença, divergindo, é claro, com a edição de medidas provisórias. Mas, em nenhum instante, nem do lado do Ministério da Justiça, nem das lideranças partidárias, houve qualquer falta de gentileza.

A explicação poderia ter sido evitada, eu poderia ter deixado de comparecer à reunião no gabinete do presidente da Câmara, porque quando a solicitei disse que era para tratar do projeto de lei. Por telefone, eu poderia ter dito

Nem do lado do Ministério nem das lideranças políticas houve falta de gentileza

que tinha havido uma mudança de comportamento, mas eu fiz questão de comparecer lá, de forma a demonstrar o meu apreço ao Poder Legislativo, mesmo porque dele fui membro integrante até fins de janeiro.

JBr — O senhor não rejeia que do ponto de vista político isso possa ter consequências ruins no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo?

Bernardo Cabral — Não. Do ponto de vista político, quanto a essa medida provisória, tenho certeza que os parlamentares vão se sensibilizar, vão notar que há uma realidade econômica. Não podemos permitir que chegue a ter reação do mercado. Por isso mesmo, quando nós fizemos essa medida provisória, pretendíamos instituir normas para defesa da concorrência. Através da Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça, queremos fazer a apuração e correção das anomalias de comportamento dos setores, empresas ou estabelecimentos que possam perturbar, direta ou indiretamente, os mecanismos de formação de preços. É mais ou menos isso que trata o artigo 1º da medida provisória. Ela mostra que a Lei Anti-

A Lei Antitruste vinha merecendo críticas sérias pela ineficiência dos procedimentos

truste, que é de 1962, vinha merecendo críticas sérias pela ineficiência dos procedimentos que eram estabelecidos nela, porque os processos mais simples consumiam anos de infrutífera discussão, sem nenhum resultado prático. Essa medida provisória vai corrigir isso e consequentemente a idéia que tenho é de que o Congresso Nacional, que está sempre muito atento para que seja feita uma livre concorrência corretíssima, terá sensibilidade para, ou melhorar o projeto, quero dizer a medida provisória, ou dar a ela seu apoio. É claro que nós temos de estar presentes e ter cada vez mais em mente que o País atravessa um novo contingente de modernidade e que temos que acompanhar o novo passo. Ou seja, combater tudo que possa envolver a chamada caminhada para o "dumping", para os monopólios e oligopólios. Isso porque, ao se fazer uma política industrial como a que o presidente Collor acaba de lançar, se não houver, em contrapartida, uma medida que possa tomar conta de um controle de preços, nós poderemos, através do "dumping", liquidar, em uma semana, empresas nacionais. De modo que a idéia foi fazer uma medida provisória com conotação suprapartidária e sem nenhuma preocupação ideológica.

JBr — Concretamente notou-se alguma mudança no mercado?

Bernardo Cabral — Por enquanto não, mas temos receio que isso possa acontecer. Não queremos que a cartelização tome conta do País e para isso compete aos ministérios da Economia e da Justiça, cada um na sua área, tomar as medidas necessárias.

JBr — Ministro, como articulador político do governo, quais os passos que o senhor pretende dar nesses próximos meses quando, inclusive, realizam-se eleições em todo o País?

Bernardo Cabral — O governo está equidistante dos palanques eleitorais, mas não está indiferente às candidaturas que disputam os mandatos de senadores, deputados federais e de governadores nos estados. O presidente Collor não comparecerá a palanques onde se desenrolem comícios nitidamente políticos. A idéia dele é acompanhar à distância, mas muito atentamente, o que se passar em cada estado, com a preocupação de que possam vir para a Câmara e Senado parlamentares afinados com seu programa econômico, para que possa haver uma defesa consciente. Ele tem dito e reiterado que não haverá troca de cargos federais para o apoio político. Esta é uma fase que já acabou, está ultrapassada. O que nós queremos são parlamentares afinados com as características da atuação presidencial e voltados para os interesses populares.

JBr — O senhor pretende, ainda este ano, dar andamento a alguma proposta concreta no sentido de viabilizar o parlamentarismo?

Bernardo Cabral — O parlamentarismo, sistema de governo o qual defendo desde a época em que era estudante de direito, só poderá ser implantado no País de-

pois de obedecer a alguns critérios políticos. 1º) Que o presidente Fernando Collor a ele dê seu apoio; 2º) Que os parlamentares, a serem eleitos no próximo mês de outubro, não se oponham à implantação do sistema parlamentarista, porque passa por aquela Casa toda a elaboração de como se processará o plebiscito de 1993. Após as eleições, consequentemente só depois do mês de outubro, é que se desenharão, no horizonte, as perspectivas de uma implantação concreta de sistema parlamentarista. No meu entendimento, esta é a última grande chance que o País terá para a implantação de um sistema de governo que, na minha opinião, melhor se enquadraria para acabar com o que se tem notado no Brasil nos últimos anos. Ou seja: máquina burocrática distorcida, déficit público ampliado, dívida externa em índices inimagináveis, tudo enfim que pode dificultar um bom programa de governo.

JBr — Ministro, o senhor participou, no início da semana passada, de reuniões com os ministros militares para tratar de questões salariais. Esse encontro deixou claro, ao contrário do que se fez pensar inicialmente, que as Forças Armadas estão querendo reajustes de soldos antes de janeiro. O senhor acha que os militares estão realmente voltando a pressionar, como aconteceu durante a Constituinte? Esse tipo de pressão não poderá, ao final, obrigar o governo a ceder e reajustar os salários do funcionalismo público, apesar de alegar que isso pode prejudicar o Plano Econômico?

Bernardo Cabral — Em primeiro lugar, os militares jamais pressionaram durante a Assembleia Nacional Constituinte. O que eles tinham era uma assessoria parlamentar muito bem qualificada, atenta e que, com eficiência, acompanhava os trabalhos. Os assessores souberam fazer o seu "lobby", mas todo ele da forma mais democrática possível. Eu posso dar este testemunho porque eu era o relator da Assembleia Nacional Constituinte e nunca nenhum deles entrou no meu gabinete para forçar ou sequer solicitar alguma coisa.

Em segundo lugar, a reunião feita com os ministros militares foi igual a que se faz com ministros civis. Só que, quando estamos reunidos com civis para tratar dos mesmo problema salarial, não há inquietação porque o Brasil tem uma memória muito voltada para os últimos anos de autoritarismo e arbitrariedade. Então, se dá sempre a idéia de que uma reunião com os militares possa ter a conotação de imposição. Quando participei, com os três ministros militares e mais a ministra Zélia, de uma reunião, no gabinete do ministro da Aeronáutica, tivemos a mais alta cordialidade, compreensão e identificação com os problemas da remuneração dos militares. E a ministra Zélia foi muito clara, quando reafirmou, e tem reafirmado, que até dezembro não passa pela análise do Ministério da Economia o problema de reajuste de vencimentos.

JBr — Esta continua sendo a decisão do governo?

Bernardo Cabral — Sim. Esta continua sendo a decisão do governo, menos pela falta de vontade, pois gostaria de dar o aumento a todo funcionalismo, mas pela circunstância de não se prejudicar o Plano Econômico com uma atitude que poderia ser, no momento, de aparente demagogia. O presidente Collor provou, e a ministra da Economia está comprovando, que a inflação, além de ter-se estabilizado nos parâmetros que eram previsíveis, acabou sofrendo uma baixa. E hoje, de ponta a ponta, a inflação se situa por volta de oito e pouquinho. Portanto, dentro da promessa do presidente Collor de que nos três primeiros meses de governo reduziria a inflação de 100% para 10%. De modo que não há, da parte dos militares, nem do segmento civil, uma interferência que possa ser danosa ao Plano Econômico.

JBr — E não se teme que haja tumulto nos quartéis, devido sobretudo à campanha eleitoral e à utilização do tema "reajuste de soldo" usado, inclusive, pelo Clube Militar?

Bernardo Cabral — Não tenho conhecimento, porque seria mais um problema ligado à área militar. Dentro da minha avaliação não existe essa movimentação dentro dos quartéis.

JBr — Mudando um pouco de

assunto, o senhor esteve reunido, há cerca de 10 dias, com o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, para tratar de assuntos ligados à Funai (Fundação Nacional do Índio). Já existe alguma decisão quanto ao destino do órgão?

Bernardo Cabral — Conversamos durante uma hora e meia e desde muito tempo eu gostaria que a Funai ficasse com a Secretaria do Meio Ambiente. Entendo que ali estaria melhor. Ou então com a Ação Social. O ministério da Justiça está, atualmente, com esse órgão, mas espero que seja provisório. Temos dado a ele a maior atenção. Agora mesmo assinamos um convênio com o Ministério da Saúde e da Educação para que a Funai não seja um órgão inoperante.

Devo ressaltar que a ação do presidente em exercício, coronel Aírton Alcântara, tem sido toda ela muito bem coordenada com o titular do Ministério da Justiça. O presidente Collor já criou uma comissão interministerial para fixar uma política indigenista. Esperamos que dentro de mais algumas semanas tenhamos uma avaliação de todo o problema indígena e possamos tomar uma medida concreta que tenha não só reflexos na vida brasileira, mas repercussões na área internacional.

JBr — É certo então que a Funai vai ser transferida para a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente)?

Bernardo Cabral — Eu gostaria que ela ficasse integrada à SEMA.

JBr — E o que impede isso?

Bernardo Cabral — O que impede é que a medida provisória Reforma Administrativa, colocou a Funai no âmbito do Ministério da Justiça. Então foi uma medida legal. Teremos, então, que passar novamente pelo Legislativo para que haja essa transferência. Ou seja, isso só pode vir a ser feito via Congresso Nacional.

JBr — O senador Severo Gomes (PMDB-SP) denunciou, há poucos dias, ser intenção do governo, através da Comissão Interministerial, neutralizar a ação do secretário José Lutzenberger em todo e qualquer assunto ligado à política indigenista...

Bernardo Cabral — Pelo contrário. O que queremos é que todos deem sua contribuição: o professor Lutzenberger de um lado,

O governo está equidistante dos palanques mas não está indiferente às candidaturas.

o Chiarelli de outro, o ministro Alenci de outro ainda, para que, com a Funai no Ministério da Justiça, tenhamos uma atuação concreta. O que nós notamos é que os índios podem estar sofrendo de malária e o Ministério da Saúde poderia não atuar nisso. Há um movimento muito coordenado, muito bem concatenado de todos os ministérios com a secretaria do professor Lutzenberger.

JBr — Ministro, atualmente na Justiça, o senhor trabalha com uma gama muito grande e variada de questões, tanto políticas, quanto econômicas ou mesmo de segurança pública. Isso, depois de ter passado tanto tempo no Legislativo, onde, inclusive, foi relator da Assembleia Nacional Constituinte, e também trabalhou com temas variadíssimos. Hoje, o senhor já tem uma idéia de qual das duas funções lhe foi mais gratificante?

Bernardo Cabral — Fui secretário da Justiça muito moço. Quer dizer, já passei por esta experiência. Depois fui deputado estadual e presidi a Comissão de Constituição e Justiça e na casa dos 30 fui deputado federal. Com dois anos de exercício aqui em Brasília, fui cassado pelo AI-5, perdi 10 anos de direitos políticos, voltei para minha profissão — advocacia e magistério, depois relator, e agora vivo a experiência do Ministério da Justiça. Como conheço os dois lados, eu não diria que esta ou aquela função foi a mais gratificante. Agora eu posso lhe dizer que a que tem me dado mais trabalho e é mais pesada é essa daqui no Ministério da Justiça.



Ministro da Justiça diz que cartelização não deve tomar conta do País